



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026

CONTRATANTE:

Secretaria de Educação

OBJETO:

Registro de Preços para futura e eventual aquisição de EPI'S (Equipamento De Proteção Individual), para atender as necessidades da secretaria municipal de educação do município de Vera Cruz/Ba.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:

R\$112294,9 (CENTO E DOZE MIL E DUZENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS E NOVENTA CENTAVOS).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:

Recebimento das propostas de preços: 03/06/2026;

Abertura das propostas de preços: 22/06/2026 - 10h59m - horas/Brasília;

Início da sessão de disputa: 22/06/2026 - 11h-horas/Brasília

Sistema: <https://licitanet.com.br/>

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO GLOBAL.

MODO DE DISPUTA:

Aberto e fechado.

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Não.



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026**

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Vera Cruz/BA, através da comissão de contratação, designada pela portaria nº 001/2025, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Registro de Preços para futura e eventual aquisição de EPI'S (Equipamento De Proteção Individual), para atender as necessidades da secretaria municipal de educação do município de Vera Cruz/Ba., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada a MENOR PREÇO GLOBAL, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO E REGISTRO CADASTRAL

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados cadastrados no Sistema Licitanet (<https://licitanet.com.br/>).

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Não poderão disputar esta licitação:



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026**

- 3.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.5.2. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.5.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato/ata de registro de preços, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.5.4. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.5.5. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.5.6. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.5.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.5.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do objeto agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.6. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.7. DO REGISTRO CADASTRAL

- 3.7.1 O credenciamento se dará através da atribuição de chave de identificação e/ou senha individual.



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026**

3.7.2 O credenciamento do usuário será pessoal e intransferível para acesso ao sistema, sendo o mesmo responsável por todos os atos praticados nos limites de suas atribuições e competências.

3.7.3 O credenciamento do usuário implica em sua responsabilidade legal e na presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão.

3.7.4 As informações e esclarecimentos acerca do credenciamento devem ser obtidos junto o Pregoeiro/ Agente de Contratação designado.

3.7.5 As micro empresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) deverão apresentar também declaração de que atendem os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/2006, para que possam fazer jus aos benefícios previstos na referida lei, bem como que, inexistem fatos supervenientes que conduzam ao desenquadramento desta situação. A declaração a qual se refere o item acima deverá estar assinada pelo representante legal da empresa

3.7.6 A falsidade das declarações prestadas objetivando os benefícios da Lei Complementar Federal nº. 123 de 14 de setembro de 2006 poderá caracterizar o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará também a inabilitação da licitante, se o fato viera ser constatado durante o trâmite da licitação.

3.7.7 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluído a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido, ainda que por terceiros.

3.7.8 O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do licitante.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026**

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026**

- 4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026**

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total de cada item;

5.1.2. Valor total da proposta;

5.1.3. Marca/modelo (caso houver).

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 5.7.2.



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026**

5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Tribunais de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação e os licitantes.

6.4. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.8. O lance deverá ser ofertado pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

6.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.10. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.11. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 10,00 (dez Reais).



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026

- 6.12. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.13. No modo de disputa “aberto e fechado” os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.14. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze minutos). Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.15. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até **10% (dez por cento)** superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até **05 (cinco) minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo;
- 6.16. Não havendo, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata este item, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.
- 6.17. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.18. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.19. Poderá o Pregoeiro/ Agente de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.
- 6.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.21. Após o encerramento da etapa de lances, e não tendo sido a menor proposta ou lance apresentado por microempresa ou empresa de pequeno porte, caso se verifique a ocorrência de empate, será assegurado como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme Lei Complementar nº 123/06;
- 6.21.1. Na ocorrência do empate citado no item 6.21, entende-se por empate, nos termos da LC 123/06, aquelas situações em que as propostas ou lances apresentados pelas ME e EPP sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta ou lance melhor classificado durante a etapa de lances;



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026

6.21.2. proceder-se-á da seguinte forma:

- a) A ME ou EPP melhor classificada no intervalo percentual de até 5% (cinco por cento), definido nos termos deste subitem, será convocada automaticamente pelo sistema eletrônico para, desejando, apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada com o menor preço ou lance, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
- b) É de responsabilidade da licitante a sua conexão com o sistema eletrônico durante o prazo acima referido para o exercício do direito sob comento.
- c) Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.21.3. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) Empresas estabelecidas no território do Estado da Bahia;
- b) Empresas brasileiras;
- c) Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/ Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.23. Não sendo declarada vencedora a ME ou EPP, na forma da alínea anterior, serão convocadas automaticamente pelo sistema eletrônico as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem, na ordem classificatória, com vistas ao exercício do mesmo direito;

6.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026**

6.23.4. O Pregoeiro/ Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.23.5. É facultado ao Pregoeiro/ Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/ Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6.25. Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro/ Agente de Contratação poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital;

6.26. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.27. É vedada a desistência dos lances já ofertados sujeitando-se o proponente às sanções previstas nas leis pertinentes.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/ Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/ Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026**

fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro/ Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/ Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Pregoeiro/ Agente de Contratação, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026**

7.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

7.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema,



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026**

desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/ Agente de Contratação, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/ Agente de Contratação analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizações pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10%, para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.4.2. Os documentos de habilitação somente poderão ser apresentados em original, ou através de publicações em órgão de imprensa oficial, ou cópia autenticada por cartório competente ou pelos membros da comissão, mediante apresentação dos originais.

8.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.8. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para: (Lei 14.133/21, art. 64):

8.8.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
e



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026**

8.8.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.9. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.10. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.11. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.12. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.13. Documentos necessários à habilitação que deverão ser apresentados no sistema:

8.13.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.13.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.13.3. HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026**

- a) Certidão Negativa de Débitos para a Fazenda: Federal (Secretaria da Receita Federal e Procuradoria da Fazenda Nacional e Instituto Nacional de Seguridade Social).
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Pública Estadual e Municipal da sede do licitante;
- c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Produto (FGTS), mediante apresentação de Certificado de Regularidade da Situação/CRF.
- d) Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão (Lei 12.440/11).

8.13.4. A comprovação da regularidade fiscal deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.

8.13.5. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, vigente, expedida pelo distribuidor judicial competente da sede da licitante, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data de apresentação da proposta.

8.13.6. HABILITAÇÃO TÉCNICA

8.13.7. Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a licitante forneceu ou fornece gêneros alimentícios compatíveis com o objeto deste Termo de Referência;

8.13.8. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter identificação do emitente, descrição do objeto fornecido e informações de contato para eventual diligência;

8.13.9. Serão aceitos atestados compatíveis e pertinentes ao objeto, conforme dispõe o art. 88, §3º, da Lei nº 14.133/2021;

8.13.10. OUTOS DOCUMENTOS:

- a) • Modelo de declaração unificada – anexo II.
- b) • Qualificação econômica financeira
- c) • Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação;
- d) • Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social;



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026**

- e) • Declaração de cumprimento ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal/1988;
- f) • Declaração de vínculo com a administração;
- g) • Declaração de Proposta Econômica;
- Declaração de idoneidade;

8.14 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.14. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

8.16. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

8.17. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

8.18. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

9. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

9.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

9.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

9.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

9.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026**

9.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

9.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

9.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

9.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

9.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

9.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

9.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

9.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de até 20 (vinte) minutos.



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026**

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/ Agente de Contratação/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026

- 11.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 11.1.3.2. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 11.1.3.3. fraudar a licitação
- 11.1.3.4. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 11.1.3.5. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 11.1.3.6. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 11.1.3.7. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 11.1.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 11.1.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 11.2.1. advertência;
 - 11.2.2. multa;
 - 11.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 11.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública.
 - 11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026**

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.3.2, 11.1.3.3, 11.1.3.4, 11.1.4 e 11.1.5, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Vera Cruz/BA, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.3.2, 11.1.3.3, 11.1.3.4, 11.1.4 e 11.1.5, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026

adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte endereço eletrônico: licitacao@veracruz.ba.gov.br.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026**

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/ Agente de Contratação.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital. Os casos omissos no presente edital deverão valer-se das disposições legais pertinentes.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no endereço eletrônico <https://licitanet.com.br/> ou através do site <http://pmveracruzba.imprensaoficial.org>.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar/Mapa de Risco

ANEXO II – Termo de Referência



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026

ANEXO III – Ata de Registro de Preço

ANEXO IV – Minuta do Contrato

ANEXO V – Declarações

ANEXO VI – Modelo de Proposta de Preços;

Silvano Sulzart
Secretário de Educação



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026**

**ANEXO I
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR /MAPA DE RISCO**

Equipe de Planejamento: ANA CRISTINA COSTA DE CIRQUEIRA
Unidade Demandante: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Data: 24/03/2026
Regência Legal: LEI 14.133/21

**I - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO
SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO.**

A presente contratação tem por finalidade o Registro de Preço para futura e eventual aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação do Município de Vera Cruz/BA, garantindo condições adequadas de segurança, saúde e proteção aos servidores no exercício de suas atividades laborais.

A necessidade da contratação decorre da obrigatoriedade de fornecimento de EPIs adequados aos profissionais que desempenham funções expostas a agentes físicos, químicos, biológicos ou riscos operacionais, especialmente servidores vinculados aos serviços de limpeza, manutenção, alimentação escolar, apoio operacional, transporte e demais atividades que demandem proteção específica no ambiente de trabalho.

Sob a perspectiva do interesse público, a aquisição dos EPIs busca solucionar a necessidade de prevenção de acidentes ocupacionais, redução de riscos à saúde dos trabalhadores e promoção de um ambiente laboral mais seguro, assegurando o cumprimento das normas de segurança do trabalho e da legislação vigente. A ausência desses equipamentos pode comprometer a integridade física dos servidores, ocasionar afastamentos laborais, prejuízos à continuidade dos serviços educacionais e impactos negativos no funcionamento das unidades escolares.

Além disso, a contratação contribuirá diretamente para a melhoria das condições de trabalho, valorização dos servidores e garantia da continuidade eficiente dos serviços prestados pela rede municipal de ensino, refletindo positivamente no atendimento à comunidade escolar e na qualidade dos serviços públicos ofertados.

Dessa forma, o registro de preços mostra-se a solução mais adequada, considerando a possibilidade de aquisições futuras e parceladas, conforme a demanda da Secretaria, promovendo maior eficiência administrativa, economicidade e melhor gestão dos recursos públicos.

III - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

I. A empresa licitante deverá comprovar aptidão para o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), mediante apresentação de documentação compatível com o objeto, demonstrando capacidade técnica para fornecimento de materiais de segurança destinados à proteção dos servidores.

II. Os EPIs fornecidos deverão atender às especificações técnicas e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, observando critérios de qualidade, durabilidade, conforto, ergonomia e adequação às atividades desenvolvidas pelos servidores da Secretaria Municipal de Educação.

III. Todos os equipamentos deverão estar em conformidade com as normas regulamentadoras de segurança e saúde do trabalho, especialmente as disposições do Ministério do Trabalho e Emprego,



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026**

devendo possuir, quando exigido, Certificado de Aprovação (CA) válido, emitido pelos órgãos competentes.

IV. Será de responsabilidade integral da contratada a observância e o cumprimento da legislação vigente aplicável ao objeto contratado, abrangendo:

a) Tributos, encargos fiscais, previdenciários, trabalhistas, fretes e demais custos incidentes sobre o fornecimento;

b) Normas técnicas relacionadas à fabricação, comercialização e segurança dos EPIs;

c) Garantia de fornecimento de produtos novos, sem uso, em perfeitas condições de utilização e dentro do prazo de validade, quando aplicável.

V. A execução do contrato não criará qualquer vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração Pública, sendo vedada qualquer relação de subordinação direta entre os servidores municipais e os funcionários da empresa contratada.

VI. Ao elaborar sua proposta, a licitante deverá considerar todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento dos materiais, incluindo impostos, taxas, transporte, fretes, seguros, embalagens, carga e descarga, bem como quaisquer outros custos diretos ou indiretos necessários à execução contratual.

VII. Os materiais deverão ser entregues de forma parcelada, conforme demanda da Secretaria Municipal de Educação, nos locais e prazos previamente estabelecidos pela Administração, garantindo a continuidade das atividades e a reposição dos equipamentos sempre que necessário.

VIII. A contratada deverá assegurar a substituição dos produtos que apresentarem defeitos, avarias, inconformidades técnicas ou divergência com as especificações exigidas, sem qualquer ônus adicional para a Administração Pública.

IX. Os EPIs deverão ser acondicionados adequadamente, de modo a preservar sua integridade, qualidade e condições de uso durante o transporte e armazenamento.

X. A contratada deverá observar princípios de sustentabilidade, priorizando, sempre que possível, materiais de maior durabilidade, redução de desperdícios, embalagens adequadas e práticas que minimizem impactos ambientais, em conformidade com a legislação vigente.

XI. O fornecimento dos EPIs visa garantir maior segurança e proteção aos servidores da rede municipal de ensino, reduzindo riscos ocupacionais, prevenindo acidentes de trabalho e assegurando melhores condições para a prestação dos serviços públicos educacionais.

IV - ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO:

Para atender à necessidade de fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) destinados aos servidores vinculados à Secretaria Municipal de Educação do Município de Vera



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026

Cruz/BA, torna-se necessária a contratação por meio de Registro de Preços, considerando as seguintes demandas operacionais e administrativas:

Planilha de quantitativo:

Nº	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT
1	AVENTAL DE COZINHA ESPECIFICACOES MINIMAS AVENTAL MATERIAL 100 ALGODAO METALIZADO CARACTERISTICAS ADICIONAIS TERMICOIMPERMEAVEL TIRAS E ALCAS DE AJUSTE APLICACAO COZINHA INDUSTRIAL	UND	100
2	ABAFADOR DE RUÍDO TIPO DE PROTETOR - CONCHA; NÍVEL DE ATENUACAO MINIMO DE 25DB; AJUSTAVEL; DIMENSOES APROXIMADAS: 17 X 12,5 X 8,5 CM	UND	50
3	BERMUDA (TIPO EPI) EM BRIM, CONFECCIONADO NO TECIDO SANTANENSE 100% ALGODÃO. CINTURA COM ELÁSTICO E CORDÃO, 2 BOLSOS NAS COXAS, E 1 NA PARTE DE TRÁS; COM AMOSTRA DE TAMANHO ENVIADA PARA VER QUANTITATIVO DE TAMANHOS 25 NO TAMANHO M 25 NO TAMANHO G 25 NO TAMANHO GG 25 NO TAMANHO XG	UND	100
4	BOTA SEGURANÇA MATERIAL: COURO HIDROFUGADO CURTIDO AO CROMO, MATERIAL SOLA: POLIURETANO (PU) BI DENSIDADE, COR: PRETA, TAMANHO: 39,40,41,43, TIPO USO: ELETRICISTA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CADARÇO/CANO ACOLCHOADO/PALMILHA MATERIAL SINTÉTICO, APLICAÇÃO: PROTEÇÃO CARGA ELÉTRICA BOTA SEGURANÇA COURO PARA ELETRICISTA	PAR	50
5	BOTINA SEGURANÇA - BORRACHA CATMAT 615671. ESPECIFICAÇÃO: MATERIAL: BORRACHA VULCANIZADA, SOLA: BORRACHA, MODELO: BOMBEIRO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PALMILHA EM AÇO, BIQUEIRA DE AÇO, TAMANHO: SOB MEDIDA, COR: PRETA	PAR	100
6	BOTINA OCUPACIONAL DE AMARRAR, CONFECCIONADO EM COURO TIPO VAQUETA, - BOTINA OCUPACIONAL DE AMARRAR, CONFECCIONADO EM COURO TIPO VAQUETA,	PAR	100
7	CALÇA PROFISSIONAL PROTEÇÃO RISCO 2 (NFPA 70E), CONTRA ARCO ELÉTRICO E FOGO REPENTINO. TECIDO 100% ALGODÃO TRATADO RETARDANTE Á CHAMA. FECHAMENTO COM BOTÃO RETARDANTE Á CHAMA, BRAGUILHA BOTÃO COM PROTEÇÃO. CÓS TRASEIRO ELÁSTICO DE 40 MM. 5 PASSANTES. 2 BOLSOS FRONTAIS CHAPADOS E 2 BOLSOS TRASEIROS CHAPADOS. ATPV MÍNIMO 11 CAL/CM2. COR CINZA. FAIXA REFLETIVA 5 CM COM COEFICIENTE DE RETROREFLEXAO (RA) 350 CD/LX.M2 NAS DUAS PERNAS. IDENTIFICAÇÃO DO EPI, RISCO E ATPV BORDADOS OU SILKADOS NO BOLSO TRASEIRO DA CALÇA. DEVE POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) VÁLIDO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA (MTP). DIVERSOS TAMANHOS	UND	100
8	CALÇADO SEGURANÇA TIPO TÊNIS, EM COURO HIDROFUGADO, DE AMARRAR, COM COLARINHO, FORRADO, PALMILHA COSTURADA CABEDAL, SOLADO POLIURETANO BIDENSIDADE, COM AMORTECEDOR. -TAMANHOS 39,40,41,42	PAR	100
9	CAMISA UV 50+: CAMISA DE PROTEÇÃO SOLAR UV 50+, TIPO EPI, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) VÁLIDO. TECIDO 90% POLIÉSTER E 10% ELASTANO, FPU 50+ PERMANENTE, BLOQUEIO UVA E UVB MÍNIMO DE 98%. MODELO UNISSEX, MANGA LONGA, GOLA CARECA, FAIXA REFLETIVA (LOCAL A DEFINIR), TAMANHOS P AO G3, COR A DEFINIR. ESTAMPA FRONTAL E TRASEIRA EM ATÉ 4 CORES. EXIGIDA CA E LAUDO TÉCNICO.	UND	100
10	CAPA DE CHUVA REFORÇADA E FORRADA PVC IMPERMEÁVEL COM CAPUZ EMBORRACHADO EPI - TAMANHOS P;M;G;GG;XG;XGG	UND	75
11	CAPACETE CLASSE A CAPACETE DE SEGURANÇA PARA USO NA INDÚSTRIA, CLASSE A, TIPO II, COM CASCO INJETADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, SISTEMA DE SUSPENSÃO POR CARNEIRA DE POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE, TIRA DE ABSORVENTE DE SUOR E REGULAGEM DE TAMANHO ATRAVÉS DE PINOS	UND	40
12	CONE DE SINALIZAÇÃO PVC 75CM LARANJA E BRANCO - CONE DE SINALIZAÇÃO PVC 75CM LARANJA E BRANCO	UND	50



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026

13	CHAPÉU AUSTRIANO/PESCADOR, COM PROTEÇÃO PESCOÇO UV - CHAPÉU AUSTRIANO/PESCADOR, COM PROTEÇÃO PESCOÇO UV	UND	100
14	LUVA BORRACHA MATERIAL: LÁTEX ANTIDERRAPANTE, TAMANHO: MÉDIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM FORRO, USO: LIMPEZA EM GERAL - MATERIAL: LÁTEX ANTIDERRAPANTE, TAMANHO: MÉDIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM FORRO, USO: LIMPEZA EM GERAL	PAR	100
15	LUVA VULCANIZADA P/ ALTA TENSÃO - LUVA SEGURANÇA APLICAÇÃO: SOBREPOR LUVA DE ALTA TENSÃO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TIRA E FIVELA PLÁSTICA, MATERIAL: VAQUETA, TAMANHO: 10 1/2 LUVAS DE COBERTURA EM VAQUETA P/ COBERTURA DE LUVA DE ALTA TENSÃO – TAMANHO P,M E G	PAR	30
16	LUVA SEGURANÇA MATERIAL: TRICOTADA 4 FIOS ALGODÃO, TAMANHO: ÚNICO, APLICAÇÃO: PROTEÇÃO INDIVIDUAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: 70% ALGODÃO 30% POLIÉSTER, MODELO: PIGMENTADA PVC NA PALMA, P/PROTEÇÃO TÉRMICA (ALTAS TEMPERATURAS)	PAR	200
17	CINTO DE SEGURANÇA P/ ELETRICISTA - CINTURÃO TIPO PARAQUEDISTA/ABDOMINAL CONFECCIONADO EM FITA DE POLIÉSTER MULTIFILAMENTOS / 45 MM COM ACOLCHOADO (EM BORRACHA REVESTIDA) NA CINTURA E PERNAS, DOTADO DE QUATRO ALÇAS FRONTAIS DE ANCORAGEM PARA CONEXÃO, TRÊS FIVELAS DE ENGATE AUTOMÁTICO, OITO FIVELAS DE AJUSTE E CINCO PONTOS DE CONEXÃO SENDO DUAS MEIAS ARGOLAS NAS LATERAIS, DOIS PONTOS FRONTAIS E UMA MEIAARGOLA DORSAL. FIVELAS E MEIAS ARGOLAS	UND	10
18	MÁSCARA PROTEÇÃO RESP. C/ ANVISA MODELO: RESPIRADOR DOBRÁVEL, TIPO BICO DE PATOMATERIAL: CAMADAS FIBRAS SINTÉTICAS: EFICIÊNCIA FILTRAÇÃO MÍN. 94% S CLASSE: PFF2, N95 OU EQUIVALENTE ADICIONAL: CARVÃO ATIVADO COMPONENTE: CLIPE NASAL TIPO FIXAÇÃO: TIRAS VEDAÇÃO ANATÔMICA, ADICIONAL 2:S/ VÁLVULACOR: C/ CORTAMANHO: ADULTOESTERILIDADE: DESCARTÁVEL	UND	100
19	MÁSCARA RESPIRATÓRIA COM FILTRO (CA: 39427). TAMANHO ÚNICO - COM DESIGN ERGONÔMICO EM ELASTÔMERO, E TIRANTES AJUSTÁVEIS PARA VEDAÇÃO CORPO EM ELASTÔMERO (BORRACHA) MACIO, PROPORCIONANDO CONFORTO E VEDAÇÃO, E SUPORTE EXTERNO EM PLÁSTICO RÍGIDO, FILTROS/CARTUCHOS: POSSUI ENCAIXES (TIPO BAIONETA) PARA ACOPLAR FILTROS PARA PARTÍCULAS (PFF1, PFF2, P3) OU CARTUCHOS QUÍMICOS/COMBINADOS, VARIANDO CONFORME O CONTAMINANTE (GASES ÁCIDOS, AMÔNIA, VAPORES ORGÂNICOS, ETC.), TAMANHO M.	UND	50
20	ÓCULOS DE PROTEÇÃO COM LENTES ESCURAS UVA/UVB, PROPORCIONANDO PROTEÇÃO CONTRA RADIAÇÃO SOLAR E RISCOS DE EXPOSIÇÃO PROLONGADA AO SOL, COM LENTES ESCURAS PARA CONFORTO VISUAL, MATERIAL ARMAÇÃO: PLÁSTICO RÍGIDO, MATERIAL PROTEÇÃO: POLICARBONATO TRANSLÚCIDO, PROTEÇÃO LATERAL, TIPO LENTE: POLICARBONATO, TIPO PROTEÇÃO: AMPLA VISÃO	UND	100
21	ÓCULOS DE PROTEÇÃO COM LENTES CLARAS, COM PROTEÇÃO LATERAL COM SEIS ORIFÍCIOS DE VENTILAÇÃO, FORMATO ANATÔMICO, POSSUI TRATAMENTO - ÓCULOS EPI: ÓCULOS DE SEGURANÇA EPI, ARMAÇÃO E VISOR CONFECCIONADO EM POLICARBONATO 100% COM ÂNGULO DE VISÃO DE 180°, SOBREPOR ÓCULOS GRADUADOS, ÓCULOS DE SEGURANÇA COM PROTEÇÃO LATERAL COM SEIS ORIFÍCIOS DE VENTILAÇÃO	UND	100
22	ÓCULOS PROTEÇÃO MATERIAL ARMAÇÃO: POLICARBONATO, MATERIAL PROTEÇÃO: POLICARBONATO, TIPO LENTE: COM CURVA LATERAL., COR LENTE: INCOLOR, APLICAÇÃO: PROTEÇÃO GERAL, MATERIAL LENTE: POLICARBONATO, COR ARMAÇÃO: PRETA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FILTRO DE 99,9% DA RADIAÇÃO UVA E UVB ÓCULOS DE PROTEÇÃO EPI, MATERIAL ARMAÇÃO: POLICARBONATO, TIPO LENTE: COM CURVA LATERAL, INCOLOR. APLICAÇÃO: PROTEÇÃO GERAL. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FILTRO DE 99,9% DA RADIAÇÃO UVA E UVB.	UND	100
23	PROTETOR AURICULAR COM CORDA - PROTETOR AURICULAR COM CORDA - EIXO 03 FLANGES, CORDÃO ALGODÃO, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE	UND	200
24	TALABARTE PARA CINTO DE SEGURANÇA EM ALTURA PARAQUEDISTA, TALABARTE DE SEGURANÇA DUPLO Y - TALABARTE DE SEGURANÇA DUPLO Y	UND	10
25	PLACA SINALIZAÇÃO PISO ESCORREGADIO - PLACA SINALIZAÇÃO PISO ESCORREGADIO	und	100
26	Protetor Facial FPS 70, sem cor 50g - Protetor Facial FPS 70, sem cor 50g	und	100



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026

27	PROTETOR SOLAR FPS 30 120ML - PROTETOR SOLAR DE ALTA PROTEÇÃO CONTRA OS EFEITOS NOCIVOS DA RADIAÇÃO SOLAR, COM FATOR 30, DE 120ML	UND	100
-----------	--	-----	-----

A presente previsão abrange Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) indispensáveis à segurança dos servidores da Secretaria Municipal de Educação, visando assegurar condições adequadas de trabalho, prevenção de acidentes, redução da exposição a riscos ocupacionais e continuidade eficiente das atividades desenvolvidas no âmbito da rede municipal de ensino.

V –LEVANTAMENTO DE MERCADO

A aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação do Município de Vera Cruz será viabilizada por meio de Registro de Preços para futura e eventual aquisição, medida que se apresenta como a alternativa mais adequada para assegurar o fornecimento contínuo, eficiente e conforme a demanda dos materiais necessários à proteção dos servidores no desempenho de suas atividades laborais.

Para esse fim, será elaborada planilha orçamentária detalhada, que subsidiará o processo licitatório, tomando como base referências e parâmetros praticados no mercado, em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021, bem como orientações técnicas aplicáveis à elaboração de estimativas de preços pela Administração Pública.

A possibilidade de aquisições pontuais e isoladas, sem a formalização de registro de preços, foi analisada, porém demonstrou-se menos vantajosa sob a ótica administrativa, considerando a imprevisibilidade das demandas, a necessidade contínua de reposição dos equipamentos e os riscos de desabastecimento. Além disso, aquisições fragmentadas podem ocasionar aumento de custos, maior morosidade processual e comprometimento da disponibilidade imediata dos materiais necessários à segurança dos servidores.

Dessa forma, a contratação por meio de procedimento licitatório, utilizando o Sistema de Registro de Preços, apresenta-se como a solução mais eficiente e economicamente vantajosa, permitindo aquisições parceladas conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Educação, garantindo maior controle dos gastos públicos, planejamento administrativo e atendimento tempestivo às demandas operacionais.

Considerando a avaliação regional do valor de mercado para o objeto em questão, serão realizadas pesquisas de preços com base em fornecedores do ramo, atas de registro de preços de objetos similares, banco de preços públicos e demais parâmetros admitidos pela legislação vigente, visando assegurar a compatibilidade dos valores estimados com a realidade de mercado, observando os princípios da economicidade.

VI - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

Em atendimento aos princípios da legalidade, economicidade, eficiência, planejamento e vantajosidade, previstos na Lei nº 14.133/2021, foi realizado levantamento de mercado com a finalidade de embasar a estimativa de custos da contratação pretendida, assegurando que os valores



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026**

apurados estejam compatíveis com os preços praticados no mercado e atendam aos padrões de qualidade exigidos pela Administração Pública.

A pesquisa de preços foi efetuada por meio do Banco de Preços, ferramenta especializada de apoio à gestão pública, amplamente utilizada para a realização de pesquisas comparativas de valores, possibilitando maior transparência, confiabilidade e fundamentação técnica no processo de contratação. A utilização dessa base de dados permite o acesso a contratações similares realizadas por outros entes públicos, garantindo maior aderência à realidade do mercado.

O levantamento realizado permitiu a obtenção de parâmetros de mercado compatíveis com o objeto da contratação, considerando a natureza do evento, a complexidade dos serviços a serem executados e as especificidades da rede municipal de ensino, assegurando que a estimativa orçamentária esteja alinhada aos valores praticados no setor.

Para o presente objeto, não se faz necessária a adoção de sigilo orçamentário, uma vez que a divulgação do valor estimado não compromete a competitividade do certame, tampouco interfere na obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em consonância com os princípios da legalidade, transparência e eficiência.

VII-DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO.
--

A empresa contratada será responsável pelo fornecimento dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação do Município de Vera Cruz, observando rigorosamente as especificações técnicas, quantitativos e padrões de qualidade estabelecidos no Termo de Referência. O fornecimento deverá contemplar equipamentos adequados às atividades desempenhadas pelos servidores, garantindo proteção, conforto e segurança no ambiente de trabalho.

Além disso, a contratada será responsável pela logística de entrega dos materiais, incluindo transporte, acondicionamento e disponibilização dos EPIs nos locais indicados pela Administração, conforme cronograma e demandas previamente estabelecidos. Os produtos deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, devidamente embalados e, quando aplicável, dentro do prazo de validade e acompanhados do respectivo Certificado de Aprovação (CA) vigente, emitido pelos órgãos competentes.

A empresa também deverá garantir a substituição imediata dos materiais que apresentarem defeitos, avarias, desconformidades técnicas ou divergências em relação às especificações exigidas, sem ônus adicional para a Administração Pública, assegurando a continuidade do fornecimento e evitando prejuízos às atividades desempenhadas pelos servidores.

Caberá ainda à contratada observar todas as normas legais, técnicas e regulamentadoras aplicáveis ao objeto, especialmente aquelas relacionadas à segurança e saúde no trabalho, bem como às exigências previstas na Lei nº 14.133/2021, garantindo que os produtos fornecidos atendam aos padrões de segurança exigidos para a prevenção de acidentes e redução de riscos ocupacionais.



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026**

Por fim, o fornecimento dos EPIs deverá contribuir para a melhoria das condições de trabalho dos servidores da rede municipal de ensino, promovendo maior proteção, redução da exposição a agentes de risco e fortalecimento das medidas de segurança no exercício das atividades laborais, assegurando a continuidade e a eficiência dos serviços públicos prestados pela Secretaria Municipal de Educação.

VIII - JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

O pagamento referente à aquisição dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação do Município de Vera Cruz deverá ocorrer de forma parcelada, conforme a efetiva solicitação e entrega dos materiais, observando a demanda da Administração e a disponibilidade orçamentária.

A adoção do Sistema de Registro de Preços, com fornecimento parcelado, apresenta-se como a solução mais adequada e vantajosa para a Administração Pública, considerando que a necessidade dos EPIs ocorre de forma contínua e variável, conforme reposição, ampliação das equipes e demandas específicas das unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Educação. Dessa forma, a aquisição sob demanda evita estoques excessivos, reduz riscos de desperdícios, perdas por deterioração e otimiza a aplicação dos recursos públicos.

O pagamento será realizado somente após o fornecimento dos itens efetivamente solicitados, devidamente atestados pelo setor competente, garantindo maior controle administrativo, eficiência na gestão contratual e observância aos princípios da economicidade e vantajosidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

Ressalta-se que o parcelamento do fornecimento não compromete a execução do objeto, mas, ao contrário, proporciona maior flexibilidade operacional à Administração, permitindo o atendimento das necessidades reais do município de forma planejada e eficiente, assegurando a disponibilidade dos equipamentos de proteção aos servidores sempre que necessário, sem gerar aquisições desnecessárias ou custos excessivos ao erário público.

IX - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL:

Antes da formalização da contratação para o Registro de Preço para futura e eventual aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) destinados à Secretaria Municipal de Educação do Município de Vera Cruz, foram realizados alinhamentos internos entre os setores responsáveis, com o objetivo de identificar as necessidades de fornecimento, definir os tipos de equipamentos, quantitativos estimados e especificações técnicas adequadas às atividades desempenhadas pelos servidores.

Também foram estabelecidos os procedimentos para acompanhamento e fiscalização do contrato, incluindo critérios de recebimento, conferência da qualidade dos produtos, controle das entregas e fluxos administrativos para solicitação e pagamento dos itens fornecidos.

Essas medidas já adotadas visam assegurar maior eficiência na execução contratual, prevenir desabastecimentos e garantir a disponibilização dos EPIs necessários para a segurança dos servidores da rede municipal de ensino.



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026

X - DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL

Durante a utilização dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) pela Secretaria Municipal de Educação do Município de Vera Cruz, serão observadas práticas voltadas à sustentabilidade, com o objetivo de reduzir impactos ambientais e garantir o uso responsável dos recursos públicos.

Nesse sentido, será priorizada a correta gestão dos EPIs ao longo de seu ciclo de uso, incluindo o controle de validade, conservação adequada, armazenamento seguro e substituição apenas quando necessário, evitando desperdícios e descartes indevidos.

Os materiais descartados serão destinados de forma ambientalmente adequada, observando sua classificação e as normas vigentes:

- Materiais recicláveis: quando possível, serão encaminhados para reciclagem ou reaproveitamento;
- Materiais não recicláveis: serão destinados ao descarte conforme legislação ambiental aplicável;
- Materiais contaminados ou de risco: serão tratados como resíduos especiais, recebendo destinação adequada conforme normas sanitárias e ambientais.

A Administração também realizará o acompanhamento e fiscalização das práticas de descarte e reposição dos EPIs, garantindo conformidade com a legislação ambiental e de segurança do trabalho. Essas medidas visam assegurar o uso eficiente dos equipamentos, a redução de impactos ambientais e a promoção de condições seguras e sustentáveis no ambiente de trabalho dos servidores da rede municipal de ensino.

XI - JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO REGIME DE EXECUÇÃO E DA MODALIDADE LICITATÓRIA.

Para a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) destinados à Secretaria Municipal de Educação do Município de Vera Cruz, os bens a serem contratados são considerados bens comuns, uma vez que possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, amplamente disponíveis no mercado, permitindo sua descrição clara e precisa no edital.

Trata-se de materiais de fornecimento rotineiro, com especificações técnicas usuais, cuja aquisição não demanda soluções técnicas complexas, sendo facilmente encontrados junto a diversos fornecedores do ramo, o que possibilita ampla competitividade no certame.

11.2 MODALIDADE LICITATÓRIA

A modalidade de licitação a ser adotada será o Pregão Eletrônico, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, por se tratar de aquisição de bens comuns. A referida modalidade assegura maior competitividade, transparência e eficiência no processo licitatório, permitindo a participação de fornecedores aptos a atender às especificações estabelecidas.

11.3 REGIME DE EXECUÇÃO

O critério de julgamento adotado será o menor preço global, considerando o conjunto dos itens que compõem o objeto, de forma a garantir maior economicidade e eficiência na contratação.



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026

O regime de execução será por fornecimento parcelado, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Educação, permitindo a aquisição dos EPIs de forma progressiva, de acordo com a demanda real das unidades, evitando desperdícios e garantindo melhor gestão dos estoques e dos recursos públicos.

XII - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA.

Após a realização do Estudo Técnico Preliminar e a análise dos requisitos estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, conclui-se que a contratação para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para a Secretaria Municipal de Educação do Município de Vera Cruz é plenamente viável, necessária e adequada para atendimento das demandas institucionais.

Sob a perspectiva técnica, a aquisição é indispensável para garantir a segurança e a integridade dos servidores no exercício de suas atividades, prevenindo riscos ocupacionais e assegurando condições adequadas de trabalho. Os EPIs contribuem diretamente para a proteção dos profissionais vinculados à rede municipal de ensino, fortalecendo as ações de prevenção de acidentes e promovendo maior eficiência na prestação dos serviços públicos.

Portanto, em conformidade com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021 e alinhada ao interesse público, a contratação atende aos requisitos legais e técnicos, demonstrando-se necessária para a manutenção das condições adequadas de trabalho no âmbito da Secretaria Municipal de Educação.

Espera-se que, com a efetivação da contratação, sejam alcançados os seguintes resultados:

- a) Garantir a proteção individual dos servidores, reduzindo riscos de acidentes e exposição a agentes nocivos;
- b) Promover melhores condições de trabalho e segurança no ambiente laboral;
- c) Assegurar a continuidade e eficiência dos serviços públicos prestados pela rede municipal de ensino, com o uso adequado e regular dos EPIs.

Vera Cruz, 24 de março de 2026

ANA CRISTINA COSTA DE CIRQUEIRA
GESTÃO DA EXECUÇÃO
Dec. 09/2025



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026

MAPA DE RISCOS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EPI'S (EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VERA CRUZ.

1- RISCOS - FASE DE PLANEJAMENTO

Risco 1	Requisitos da Contratação		
Probabilidade	(x) Baixa	() Média	() Alt a
Dano potencial			
Insuficiência nas especificações técnicas e quantitativas dos requisitos da Contratação; em quantidade ou tipo inadequado, prejudicando a distribuição entre as escolas e comprometendo o funcionamento adequado das salas de aula.			
Ação Preventiva		Responsável	
Estabelecer cronograma para o envio dos Documentos de Formalização da Demanda referentes à aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) , contendo as justificativas e o levantamento das quantidades conforme as necessidades das unidades da Secretaria Municipal de Educação, com o objetivo de subsidiar a Equipe de Planejamento da Contratação na elaboração dos artefatos preparatórios e na identificação dos principais riscos da contratação, do processo de seleção do fornecedor e da gestão contratual.		Equipe de Manutenção da SME Equipe de Gestão da Execução e Fiscalização administrativa	
Ação de Contingência		Responsável	
Readequar a equipe de planejamento, substituindo membros com baixo desempenho, capacitando os servidores designados e priorizando a escolha de profissionais com maior experiência em contratações.		Equipe de Gestão da Execução e Fiscalização administrativa	

Risco 2	Morosidade na fase do planejamento		
Probabilidade	() Baixa	(x) Média	() Alta
Dano potencial			
Atrasos na elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP), do Termo de Referência e de outros documentos podem comprometer o cronograma da licitação, ocasionando demora no fornecimento da merenda escolar e impactando o regular atendimento alimentar aos alunos.			
Ação Preventiva		Responsável	



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026

<ul style="list-style-type: none">Definir cronograma detalhado de elaboração dos documentos e responsáveis por cada etapa.Promover reuniões de alinhamento entre os setores de Planejamento, Licitação e Manutenção.	Equipe de Manutenção da SME Equipe de Gestão da Execução e Fiscalização administrativa
Ação de Contingência	Responsável
<ul style="list-style-type: none">Revisão imediata do cronograma e redistribuição de tarefas entre os setores.Solicitação de apoio técnico ou administrativo para acelerar as etapas	Equipe de planejamento e fiscalização administrativa

2- RISCOS - FASE DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Risco 1	Critérios insuficientes de seleção de fornecedor		
Probabilidade	(x) Baixa () Média () Alta		
Dano potencial			
Contratação de empresa que não atenda às necessidades reais da Administração nem às especificações do objeto contratado.			
Ação Preventiva		Responsável	
Encaminhar os autos para análise jurídica dentro dos prazos previstos no cronograma da contratação.		Núcleo de Licitação	
Ação de Contingência		Responsável	
Solicitar análise técnica criteriosa da documentação e do portfólio apresentado, a fim de assegurar o atendimento integral às exigências do objeto contratado.		Núcleo de Licitação Equipe de Gestão de Contratos.	

Risco 2	Apresentação de propostas com valores incompatíveis, comprometendo a viabilidade do fornecimento e a adequada execução do contrato.	
Probabilidade	() Baixa (x) Média () Alta	
Dano potencial		
Atraso na entrega dos produtos, comprometimento da competitividade do certame, descumprimento de prazos legais e aplicação de penalidades contratuais.		
Ação Preventiva		Responsável
Definir cronograma claro com base no Plano de Contratação Anual e adotar mecanismos de acompanhamento das fases interna e externa da contratação, incluindo seleção de fornecedores, adjudicação e homologação, por meio de sistema informatizado ou planilhas de controle.		Núcleo de Licitação Equipe de Planejamento
Ação de Contingência		Responsável



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026

Manter diálogo com o responsável da empresa e realizar análise rigorosa da documentação obrigatória, assegurando conformidade com os requisitos exigidos.	Núcleo de Licitação e Equipe de Fiscalização Administrativa
---	---

3- RISCOS – EXECUÇÃO CONTRATUAL

Risco 1	Entrega Parcial ou ausência de entrega
Probabilidade	<input type="radio"/> Baixa <input checked="" type="radio"/> Média <input type="radio"/> Alta
Dano potencial	
Ineficiência de serviços finalísticos que demandam a utilização do objeto, ou inoperância total pela ausência efetiva da prestação de serviço licitada.	
Ação Preventiva	Responsável
A gestão contratual deverá definir prazos realistas e acompanhar a execução do objeto, incluindo entrega, recebimento provisório e definitivo, garantias, eventuais aditivos e demais ocorrências contratuais, bem como prever penalidades objetivas em caso de descumprimento das obrigações.	Núcleo de Licitação
Ação de Contingência	Responsável
Adotar medidas para mitigar os impactos, manter contato com fornecedores substitutos, reprogramar as entregas e negociar prazos ou alternativas que reduzam prejuízos à Administração.	Gestão de Execução; Núcleo de Licitação

Risco 2	O não oferecimento do objeto adequado
Probabilidade	<input type="radio"/> Baixa <input checked="" type="radio"/> Média <input type="radio"/> Alta
Dano potencial	
Ineficácia e Perda de Tempo; aumento de Custos; Ineficácia Operacional; Impacto na Segurança; Danos ao Equipamento; Impacto na Qualidade do Trabalho.	
Ação Preventiva	Responsável
Definir normas claras, capacitar os servidores envolvidos, realizar auditorias periódicas, implantar sistema de controle patrimonial.	Equipe de Manutenção Fiscal do contrato
Ação de Contingência	Responsável
Comunicar tempestivamente os envolvidos sobre eventuais mudanças, manter canais de comunicação ativos e assegurar que a equipe esteja preparada para lidar com situações imprevistas.	Gestão de Execução; Equipe de Fiscalização Administrativa.

Vera Cruz/Ba, 24 de março de 2026



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026

Ana Cristina Costa de Cirqueira
Gestão de Execução

José Brito Araujo
Fiscalização Técnica/ administrativa



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA / PROJETO BÁSICO
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0191/2026

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. OBJETO:

REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EPI'S (EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VERA CRUZ.

1.2. A contratação será dividida por item, conforme tabela constante abaixo com valores de referência de acordo pesquisa de preços praticados pela administração pública:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	V. UNIT.	V. TOTAL
1	AVENTAL DE COZINHA ESPECIFICACOES MINIMAS AVENTAL MATERIAL 100 ALGODAO METALIZADO CARACTERISTICAS ADICIONAIS TERMICOIMPERMEAVEL TIRAS E ALCAS DE AJUSTE APLICACAO COZINHA INDUSTRIAL	UND	100	R\$ 34,56	R\$ 3.456,00
2	ABAFADOR DE RUÍDO TIPO DE PROTETOR - CONCHA ; NÍVEL DE ATENUACAO MINIMO DE 25DB; AJUSTAVEL; DIMENSOES APROXIMADAS: 17 X 12,5 X 8,5 CM	UND	50	R\$ 50,56	R\$ 2.528,00
3	BERMUDA (TIPO EPI) EM BRIM , CONFECCIONADO NO TECIDO SANTANENSE 100% ALGODÃO. CINTURA COM ELÁSTICO E CORDÃO, 2 BOLSOS NAS COXAS, E 1 NA PARTE DE TRÁS: COM AMOSTRA DE TAMANHO ENVIADA PARA VER QUANTITATIVO DE TAMANHOS 25 NO TAMANHO M 25 NO TAMANHO G 25 NO TAMANHO GG 25 NO TAMANHO XG	UND	100	R\$ 49,64	R\$ 4.964,00
4	BOTA SEGURANÇA MATERIAL : COURO HIDROFUGADO CURTIDO AO CROMO, MATERIAL SOLA: POLIURETANO (PU) BI DENSIDADE, COR: PRETA, TAMANHO: 39,40,41,43, TIPO USO: ELETRICISTA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CADARÇO/CANO ACOLCHOADO/PALMILHA MATERIAL SINTÉTICO, APLICAÇÃO: PROTEÇÃO CARGA ELÉTRICA BOTA SEGURANÇA COURO PARA ELETRICISTA	PAR	50	R\$ 143,61	R\$ 7.180,50
5	BOTINA SEGURANÇA - BORRACHA CATMAT 615671. ESPECIFICAÇÃO: MATERIAL: BORRACHA VULCANIZADA, SOLA: BORRACHA, MODELO: BOMBEIRO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PALMILHA EM AÇO, BIQUEIRA DE AÇO, TAMANHO: SOB MEDIDA, COR: PRETA	PAR	100	R\$ 56,92	R\$ 5.692,00
6	BOTINA OCUPACIONAL DE AMARRAR , CONFECCIONADO EM COURO TIPO VAQUETA, - BOTINA OCUPACIONAL DE AMARRAR, CONFECCIONADO EM COURO TIPO VAQUETA,	PAR	100	R\$ 127,21	R\$ 12.721,00



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026

7	CALÇA PROFISSIONAL PROTEÇÃO RISCO 2 (NFPA 70E), CONTRA ARCO ELÉTRICO E FOGO REPENTINO. TECIDO 100% ALGODÃO TRATADO RETARDANTE À CHAMA. FECHAMENTO COM BOTÃO RETARDANTE À CHAMA, BRAGUILHA BOTÃO COM PROTEÇÃO. CÔS TRASEIRO ELÁSTICO DE 40 MM. 5 PASSANTES. 2 BOLSOS FRONTAIS CHAPADOS E 2 BOLSOS TRASEIROS CHAPADOS. ATPV MÍNIMO 11 CAL/CM2. COR CINZA. FAIXA REFLETIVA 5 CM COM COEFICIENTE DE RETROREFLEXÃO (RA) 350 CD/LX.M2 NAS DUAS PERNAS. IDENTIFICAÇÃO DO EPI, RISCO E ATPV BORDADOS OU SILKADOS NO BOLSO TRASEIRO DA CALÇA. DEVE POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) VÁLIDO EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA (MTP). DIVERSOS TAMANHOS	UND	100	R\$ 106,89	R\$ 10.689,00
8	CALÇADO SEGURANÇA TIPO TÊNIS , EM COURO HIDROFUGADO, DE AMARRAR, COM COLARINHO, FORRADO, PALMILHA COSTURADA CABEDAL, SOLADO POLIURETANO BIDENTIDADE, COM AMORTECEDOR. -TAMANHOS 39,40,41,42	PAR	100	R\$ 110,91	R\$ 11.091,00
9	CAMISA UV 50+; CAMISA DE PROTEÇÃO SOLAR UV 50+ , TIPO EPI, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) VÁLIDO. TECIDO 90% POLIÉSTER E 10% ELASTANO, FPU 50+ PERMANENTE, BLOQUEIO UVA E UVB MÍNIMO DE 98%. MODELO UNISSEX, MANGA LONGA, GOLA CARECA, FAIXA REFLETIVA (LOCAL A DEFINIR), TAMANHOS P AO G3, COR A DEFINIR. ESTAMPA FRONTAL E TRASEIRA EM ATÉ 4 CORES. EXIGIDA CA E LAUDO TÉCNICO.	UND	100	R\$ 54,80	R\$ 5.480,00
10	CAPA DE CHUVA REFORÇADA E FORRADA PVC IMPERMEÁVEL COM CAPUZ EMBORRACHADO EPI - TAMANHOS P;M;G;GG;XG;XGG	UND	75	R\$ 43,86	R\$ 3.289,50
11	CAPACETE CLASSE A CAPACETE DE SEGURANÇA PARA USO NA INDÚSTRIA, CLASSE A, TIPO II, COM CASCO INJETADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, SISTEMA DE SUSPENSÃO POR CARNEIRA DE POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE, TIRA DE ABSORVENTE DE SUOR E REGULAGEM DE TAMANHO ATRAVÉS DE PINOS	UND	40	R\$ 15,42	R\$ 616,80
12	CONE DE SINALIZAÇÃO PVC 75CM LARANJA E BRANCO - CONE DE SINALIZAÇÃO PVC 75CM LARANJA E BRANCO	UND	50	R\$ 65,33	R\$ 3.266,50
13	CHAPÉU AUSTRALIANO/PESCADOR , COM PROTEÇÃO PESCOÇO UV - CHAPÉU AUSTRALIANO/PESCADOR, COM PROTEÇÃO PESCOÇO UV	UND	100	R\$ 55,70	R\$ 5.570,00
14	LUVA BORRACHA MATERIAL: LÁTEX ANTIDERRAPANTE, TAMANHO: MÉDIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM FORRO, USO: LIMPEZA EM GERAL - MATERIAL: LÁTEX ANTIDERRAPANTE, TAMANHO: MÉDIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: SEM FORRO, USO: LIMPEZA EM GERAL	PAR	100	R\$ 6,61	R\$ 661,00
15	LUVA VULCANIZADA P/ ALTA TENSÃO - LUVA SEGURANÇA APLICAÇÃO: SOBREPOR LUVA DE ALTA TENSÃO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM TIRA E FIVELA PLÁSTICA, MATERIAL: VAQUETA, TAMANHO: 10 ^{1/2} LUVAS DE COBERTURA EM VAQUETA P/ COBERTURA DE LUVA DE ALTA TENSÃO - TAMANHO P,M E G	PAR	30	R\$ 33,62	R\$ 1.008,60
16	LUVA SEGURANÇA MATERIAL : TRICOTADA 4 FIOS ALGODÃO, TAMANHO: ÚNICO, APLICAÇÃO: PROTEÇÃO INDIVIDUAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: 70% ALGODÃO 30% POLIÉSTER, MODELO: PIGMENTADA PVC NA PALMA, P/PROTEÇÃO TÉRMICA (ALTAS TEMPERATURAS)	PAR	200	R\$ 6,01	R\$ 1.202,00
17	CINTO DE SEGURANÇA P/ ELETRICISTA - CINTURÃO TIPO PARAQUEDISTA/ABDOMINAL CONFECCIONADO EM FITA DE POLIÉSTER MULTIFILAMENTOS / 45 MM COM ACOLCHOADO	UND	10	R\$ 269,40	R\$ 2.694,00



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026

	(EM BORRACHA REVESTIDA) NA CINTURA E PERNAS, DOTADO DE QUATRO ALÇAS FRONTAIS DE ANCORAGEM PARA CONEXÃO, TRÊS FIVELAS DE ENGATE AUTOMÁTICO, OITO FIVELAS DE AJUSTE E CINCO PONTOS DE CONEXÃO SENDO DUAS MEIAS ARGOLAS NAS LATERAIS, DOIS PONTOS FRONTAIS E UMA MEIAARGOLA DORSAL. FIVELAS E MEIAS ARGOLAS				
18	MÁSCARA PROTEÇÃO RESP. C/ ANVISA MODELO: RESPIRADOR DOBRÁVEL, TIPO BICO DE PATOMATERIAL: CAMADAS FIBRAS SINTÉTICAS: EFICIÊNCIA FILTRAÇÃO MÍN. 94% S CLASSE: PFF2, N95 OU EQUIVALENTE ADICIONAL: CARVÃO ATIVADO COMPONENTE: CLIPE NASALTIPO FIXAÇÃO: TIRAS VEDAÇÃO ANATÔMICA, ADICIONAL 2:S/ VÁLVULACOR: C/ CORTAMANHO: ADULTOESTERILIDADE: DESCARTÁVEL	UND	100	R\$ 8,23	R\$ 823,00
19	MASCARA RESPIRATÓRIA COM FILTRO (CA: 39427). TAMANHO ÚNICO - COM DESIGN ERGONÔMICO EM ELASTÔMERO, E TIRANTES AJUSTÁVEIS PARA VEDAÇÃO CORPO EM ELASTÔMERO (BORRACHA) MACIO, PROPORCIONANDO CONFORTO E VEDAÇÃO, E SUPORTE EXTERNO EM PLÁSTICO RÍGIDO, FILTROS/CARTUCHOS: POSSUI ENCAIXES (TIPO BAIONETA) PARAACOPLAR FILTROS PARA PARTÍCULAS (PFF1, PFF2, P3) OU CARTUCHOS QUÍMICOS/COMBINADOS, VARIANDO CONFORME O CONTAMINANTE (GASES ÁCIDOS, AMÔNIA, VAPORES ORGÂNICOS, ETC.), TAMANHO M.	UND	50	R\$ 48,01	R\$ 2.400,50
20	ÓCULOS DE PROTEÇÃO COM LENTES ESCURAS UVA/UVB, PROPORCIONANDO PROTEÇÃO CONTRA RADIAÇÃO SOLAR E RISCOS DE EXPOSIÇÃO PROLONGADA AO SOL, COM LENTES ESCURAS PARA CONFORTO VISUAL, MATERIAL ARMAÇÃO: PLÁSTICO RÍGIDO, MATERIAL PROTEÇÃO: POLICARBONATO TRANSLÚCIDO, PROTEÇÃO LATERAL, TIPO LENTE: POLICARBONATO, TIPO PROTEÇÃO: AMPLA VISÃO	UND	100	R\$ 35,84	R\$ 3.584,00
21	ÓCULOS DE PROTEÇÃO COM LENTES CLARAS , COM PROTEÇÃO LATERAL COM SEIS ORIFÍCIOS DE VENTILAÇÃO, FORMATO ANATÔMICO, POSSUI TRATAMENT - ÓCULOS EPI: ÓCULOS DE SEGURANÇA EPI, ARMAÇÃO E VISOR CONFECCIONADO EM POLICARBONATO 100% COM ÂNGULO DE VISÃO DE 180°, SOBREPOR ÓCULOS GRADUADOS, ÓCULOS DE SEGURANÇA COM PROTEÇÃO LATERAL COM SEIS ORIFÍCIOS DE VENTILAÇÃO	UND	100	R\$ 25,03	R\$ 2.503,00
22	ÓCULOS PROTEÇÃO MATERIAL ARMAÇÃO: POLICARBONATO, MATERIAL PROTEÇÃO: POLICARBONATO, TIPO LENTE: COM CURVA LATERAL., COR LENTE: INCOLOR, APLICAÇÃO: PROTEÇÃO GERAL, MATERIAL LENTE: POLICARBONATO, COR ARMAÇÃO: PRETA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FILTRO DE 99,9% DA RADIAÇÃO UVA E UVB ÓCULOS DE PROTEÇÃO EPI, MATERIAL ARMAÇÃO: POLICARBONATO, TIPO LENTE: COM CURVA LATERAL, INCOLOR. APLICAÇÃO: PROTEÇÃO GERAL. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FILTRO DE 99,9% DA RADIAÇÃO UVA E UVB.	UND	100	R\$ 7,63	R\$ 763,00
23	PROTETOR AURICULAR COM CORDA - PROTETOR AURICULAR COM CORDA - EIXO 03 FLANGES, CORDAO ALGODAO, EMBALAGEM 1.0 UNIDADE	UND	200	R\$ 2,40	R\$ 480,00
24	TALABARTE PARA CINTO DE SEGURANÇA EM ALTURA PARAQUEDISTA, TALABARTE DE SEGURANCA DUPL0 Y - TALABARTE DE SEGURANCA DUPL0 Y	UND	10	R\$ 146,85	R\$ 1.468,50
25	PLACA SINALIZACAO PISO ESCORREGADIO - PLACA SINALIZACAO PISO ESCORREGADIO	und	100	R\$ 73,80	R\$ 7.380,00



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026

26	Protetor Facial FPS 70, sem cor 50g - Protetor Facial FPS 70, sem cor 50g	und	100	R\$ 57,33	R\$ 5.733,00
27	PROTETOR SOLAR FPS 30 120ML - PROTETOR SOLAR DE ALTA PROTEÇÃO CONTRA OS EFEITOS NOCIVOS DA RADIAÇÃO SOLAR, FATOR 30, DE 120ML	UND	100	R\$ 50,50	R\$ 5.050,00

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme decreto municipal nº 047/2023.

1.4. Considerando que a contratação tem por objeto aquisição de EPI's (equipamento de proteção individual), para atender as necessidades da secretaria municipal de educação do município de vera cruz, foi elaborado o Estudo Técnico Preliminar (ETP), em conformidade com o disposto no art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.5. O ETP apresenta a definição da necessidade administrativa, a análise das alternativas disponíveis para atendimento da demanda, a justificativa da solução adotada e a demonstração da viabilidade técnica e econômica da contratação. Destaca-se que os materiais a serem adquiridos caracterizam-se como bens comuns, com ampla oferta no mercado, especificações usuais e padrões amplamente praticados, o que possibilitou a elaboração de estudo em caráter simplificado.

1.6. Ressalta-se, ainda, que a solução escolhida atende plenamente às necessidades da demanda da equipe, observando os princípios da eficiência, economicidade, vantajosidade, segurança do trabalho e continuidade do serviço público, que regem as contratações públicas.

1.7. Conforme disposto no art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, a Administração Pública poderá utilizar esse procedimento para a contratação futura e eventual de bens, quando conveniente e adequado ao interesse público. Nesse sentido, o presente processo encontra amparo legal na referida norma, sendo o SRP instrumento adequado para a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) destinados à Secretaria Municipal de Educação, considerando a natureza variável da demanda, a necessidade de reposição periódica e o atendimento contínuo das unidades escolares. A adoção do Sistema de Registro de Preços assegura maior flexibilidade na aquisição, evitando estoques excessivos ou desabastecimento, além de contribuir para o planejamento, a economicidade, a eficiência e a continuidade do serviço público.

1.8. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 112.294,90 (CENTO E DOZE MIL E DUZENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS E NOVENTA CENTAVOS)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

1.9. O critério de julgamento adotado será o menor preço global, observadas as exigências contidas neste termo de referência.

1.10. O prazo para entrega dos EPI's será de até 15 (quinze) dias, contados a partir da data de emissão de cada solicitação ou ordem de fornecimento, observadas as condições, locais e cronograma definidos pela Administração.

1.11. O objeto da presente contratação caracteriza-se como bem comum, de fornecimento contínuo e parcelado, conforme demanda da Administração

1.12. A contratação será realizada por meio de Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos do art. 28, inciso II, e do art. 33, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, com adoção do Sistema de Registro de Preços, conforme disciplinado pelos arts. 82, 84 e 86 da referida lei.

1.13. A licitação encontra amparo legal na Lei Federal nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação pública, observando-se os princípios da legalidade, isonomia, impessoalidade, economicidade, eficiência, transparência e supremacia do interesse público.

1.14. As descrições técnicas e especificações dos EPI's a serem fornecidos pela contratada encontram-se detalhadas no Anexo correspondente deste Termo de Referência.



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026

1.15. As especificações têm por finalidade padronizar a definição do objeto, bem como facilitar a fiscalização, o controle de qualidade e o recebimento dos materiais. Os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) deverão atender às características estabelecidas neste Termo de Referência, observando rigorosamente os padrões de qualidade, rotulagem e segurança exigidos pela legislação aplicável.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação tem por objeto o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) destinados aos servidores da Secretaria Municipal de Educação do Município de Vera Cruz/BA, conforme especificações definidas no Estudo Técnico Preliminar (ETP), no Termo de Referência e demais documentos que integram o presente processo. A contratação visa garantir condições adequadas de segurança, saúde e proteção no ambiente de trabalho, prevenindo riscos ocupacionais e assegurando a continuidade e eficiência dos serviços públicos prestados.

2.2. Os EPIs serão utilizados pelos servidores no exercício de atividades administrativas, operacionais e de apoio às unidades escolares, especialmente aqueles expostos a riscos físicos, químicos ou biológicos. A utilização dos equipamentos observa as normas de segurança do trabalho e as disposições regulamentares aplicáveis, assegurando proteção adequada e redução de acidentes laborais.

2.3. A disponibilização dos Equipamentos de Proteção Individual constitui medida essencial para a preservação da integridade física dos servidores e para a garantia de condições seguras de trabalho, especialmente no âmbito da rede municipal de ensino. Nesse contexto, a aquisição dos EPIs é indispensável à continuidade das atividades administrativas e operacionais da Secretaria Municipal de Educação.

2.4. A presente contratação encontra respaldo na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente nos arts. 11, 18 e 82, que tratam do planejamento das contratações públicas e da utilização do Sistema de Registro de Preços, quando cabível. O processo foi devidamente estruturado com base nos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento e interesse público.

2.5. Os EPIs foram definidos com base nas necessidades identificadas pelas unidades administrativas e operacionais da Secretaria Municipal de Educação, considerando as atividades desempenhadas pelos servidores e os riscos a que estão expostos, de modo a assegurar a adequada proteção e a conformidade com as normas técnicas vigentes.

2.6. A contratação justifica-se pela necessidade de fornecimento contínuo e eventual reposição dos EPIs, evitando desabastecimento e garantindo a proteção permanente dos servidores. O Sistema de Registro de Preços se mostra adequado em razão da variação da demanda ao longo do período, permitindo aquisições conforme a necessidade da Administração.

2.7. A fundamentação dos quantitativos baseia-se na média de consumo e nas necessidades operacionais das unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, considerando a natureza variável da demanda e a possibilidade de aquisição parcelada, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021.

2.8. Dessa forma, a presente contratação revela-se necessária, planejada e tecnicamente fundamentada, assegurando a proteção dos servidores da rede municipal de ensino e contribuindo para a continuidade e eficiência dos serviços públicos, em consonância com os princípios da legalidade, economicidade, eficiência e interesse público.



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A solução proposta foi definida com base nas análises técnicas e econômicas constantes do Estudo Técnico Preliminar (ETP), considerando as necessidades identificadas pela Secretaria Municipal de Educação de Vera Cruz/BA. O estudo demonstrou a viabilidade da contratação e a adequação da solução escolhida para o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), assegurando a proteção dos servidores e a continuidade das atividades administrativas e operacionais, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2. A contratação compreende o fornecimento de EPIs de uso comum, conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência, destinados aos servidores da rede municipal de ensino. Os materiais deverão apresentar padronização técnica, ampla disponibilidade no mercado e atender integralmente às normas de segurança do trabalho, qualidade e certificação exigidas pelos órgãos competentes, quando aplicável.

3.3. Os itens objeto da contratação foram definidos com base nas necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Educação, considerando as atividades desempenhadas pelos servidores e os riscos ocupacionais existentes, de modo a garantir proteção adequada, prevenção de acidentes e conformidade com as normas regulamentadoras de segurança e saúde no trabalho.

3.4. O fornecimento dos EPIs será realizado mediante solicitação da Administração, conforme demanda das unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, observadas as condições de entrega, transporte e acondicionamento adequadas a cada tipo de equipamento, assegurando sua integridade e qualidade até o recebimento.

3.5. A empresa contratada deverá fornecer os produtos em perfeitas condições de uso, devidamente embalados, identificados e, quando exigido, com Certificado de Aprovação (CA) válido, acompanhados da respectiva Nota Fiscal, a qual deverá ser apresentada no ato da entrega e conferida por servidor designado pela Administração.

3.6. A contratada ficará sujeita à ampla e irrestrita fiscalização por parte da Secretaria Municipal de Educação, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, devendo prestar todos os esclarecimentos solicitados, atender às notificações e adotar as providências necessárias para sanar eventuais irregularidades identificadas durante a execução contratual.

3.7. Fica assegurado à Administração o direito de recusar, no todo ou em parte, os EPIs entregues em desacordo com as especificações estabelecidas no Termo de Referência. Nesses casos, a contratada deverá substituir os materiais recusados no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação formal, sem ônus adicional para a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

3.8. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por equipe técnica designada pela Secretaria Municipal de Educação, responsável por verificar a conformidade dos itens fornecidos, o cumprimento das obrigações contratuais e a adequação dos EPIs às condições estabelecidas no Termo de Referência e no ETP, em observância aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026**

A presente contratação deverá observar os requisitos legais, técnicos, ambientais e operacionais previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, bem como na legislação específica aplicável à aquisição de EPI's e demais normas correlatas.

4.1. Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental

Em consonância com o art. 25, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021, que prevê a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações públicas, a contratada deverá adotar práticas que minimizem impactos ambientais e promovam a responsabilidade socioambiental no fornecimento dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), observando, no que couber:

4.1.1. Priorizar, sempre que possível, o fornecimento de EPIs fabricados com materiais de menor impacto ambiental, respeitando boas práticas de produção, segurança do trabalho e conformidade com as normas técnicas e regulamentadoras vigentes;

4.1.2. Garantir que os EPIs fornecidos apresentem qualidade adequada, durabilidade e segurança para uso, estando em conformidade com as exigências legais, especialmente quanto à certificação e ao Certificado de Aprovação (CA), quando aplicável, evitando riscos aos usuários e descartes precoces;

4.1.3. Adotar procedimentos adequados para transporte, armazenamento e entrega dos EPIs, de modo a preservar sua integridade, funcionalidade e vida útil, evitando avarias, contaminações ou perdas de desempenho dos equipamentos;

4.1.4. Promover a destinação ambientalmente adequada de embalagens e resíduos eventualmente gerados no processo de fornecimento, priorizando práticas de reutilização, reciclagem e descarte responsável, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), quando aplicável.

4.2. Requisitos Técnicos do Fornecimento

4.2.1. A contratada deverá fornecer todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) de acordo com as especificações técnicas estabelecidas no subitem correspondente deste Termo de Referência.

4.2.2. Os EPIs deverão apresentar qualidade adequada, atendendo integralmente às normas regulamentadoras de segurança do trabalho, garantindo sua conformidade e segurança para uso pelos servidores.

4.3. Obrigações da Contratada

Constituem obrigações da contratada, além daquelas previstas na legislação e no instrumento contratual:

4.3.1. Assumir integralmente todas as despesas relativas ao fornecimento dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), incluindo transporte, carga, descarga, armazenamento e demais custos operacionais necessários, sem qualquer ônus adicional para a Administração Pública;



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026**

4.3.2. Arcar com todos os encargos de natureza social, trabalhista, previdenciária, tributária, fiscal, securitária, comercial e civil decorrentes da execução do objeto, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133/2021, inclusive aqueles relativos aos seus empregados e prepostos;

4.3.3. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de dolo ou culpa na execução do objeto contratado, conforme disposto no art. 120 da Lei nº 14.133/2021;

4.3.4. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Administração e atender prontamente às demandas, notificações e reclamações apresentadas durante a execução contratual, colaborando de forma contínua com a fiscalização do contrato e assegurando o fiel cumprimento das obrigações assumidas.

4.4. Declaração de Idoneidade

4.4.1. A empresa contratada deverá apresentar declaração de idoneidade, atestando que não incorre em impedimentos legais para contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.5. Vedação à Subcontratação

4.5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, total ou parcial, considerando a natureza do fornecimento, a necessidade de controle de qualidade e conformidade dos materiais, a rastreabilidade dos produtos e a responsabilidade direta da contratada pelo cumprimento integral das obrigações assumidas perante a Administração.

4.6. Conformidade legal:

Os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) fornecidos deverão obedecer integralmente à legislação brasileira vigente, às normas regulamentadoras de segurança do trabalho e às demais disposições aplicáveis, bem como às especificações constantes neste Termo de Referência. Os produtos deverão atender às exigências dos órgãos competentes, quando aplicável, especialmente quanto à certificação, qualidade, rotulagem, embalagem, conservação e condições adequadas de uso, garantindo a segurança, proteção e integridade dos servidores da rede municipal de ensino.

4.7. Responsabilidade pela qualidade e conformidade dos produtos

A contratada deverá assegurar que os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) fornecidos estejam em perfeitas condições de uso, respondendo pela qualidade, procedência e conformidade dos produtos entregues. Eventuais itens que apresentem defeitos, avarias, desconformidades técnicas, ausência de certificação exigida ou que não atendam às especificações do Termo de Referência deverão ser substituídos pela contratada, sem ônus para a Administração, no prazo estabelecido pela fiscalização, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e da Lei nº 14.133/2021.



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026

4.8. Habilitação:

As licitantes deverão comprovar que possuem capacidade jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica para a execução do objeto, conforme os arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.9. Manutenção das condições de habilitação:

A contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato ou da ata de registro de preços, todas as condições que ensejaram sua habilitação, incluindo regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária, qualificação técnica e capacidade operacional, conforme disposto no art. 63 da Lei nº 14.133/2021. O descumprimento dessa obrigação poderá ensejar a rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas em lei.

5 MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1.1. Exigir o cumprimento integral das obrigações assumidas pela Contratada, conforme este Termo de Referência, a proposta apresentada e a legislação vigente;

5.1.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por servidor designado, registrando eventuais irregularidades e adotando as providências cabíveis;

5.1.3. Notificar a Contratada, por escrito, sobre falhas, atrasos ou desconformidades no fornecimento, fixando prazo para correção;

5.1.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as especificações, prazos, condições sanitárias ou padrões de qualidade exigidos;

5.1.5. Solicitar a substituição dos produtos que apresentem vícios, avarias, prazo de validade inadequado ou não conformidade, sem ônus adicional;

5.1.6. Atestar as notas fiscais após a verificação da regularidade e conformidade dos produtos entregues;

5.1.7. Efetuar o pagamento pelos produtos efetivamente entregues e aceitos, observadas as condições e prazos contratuais;

5.1.8. Realizar as retenções tributárias cabíveis, conforme a legislação vigente;

5.1.9. Fornecer à Contratada as informações necessárias à correta execução do fornecimento, incluindo local, horários e cronograma de entrega.

5.2 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026

- 5.2.1. Fornecer os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) de acordo com as especificações deste Termo de Referência, observando rigorosamente os prazos, quantidades, unidades de medida e padrões de qualidade exigidos;
- 5.2.2. Realizar a entrega dos materiais no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da ordem de fornecimento ou da emissão da nota de empenho;
- 5.2.3. Efetuar a entrega dos EPIs no endereço indicado pela Secretaria Municipal de Educação de Vera Cruz/BA, conforme definido na Autorização de Fornecimento;
- 5.2.4. Assegurar que os equipamentos entregues estejam dentro do prazo de validade, quando aplicável, e em perfeitas condições de uso, conforme especificações técnicas estabelecidas;
- 5.2.5. Realizar o transporte dos EPIs de forma a garantir sua integridade, qualidade e conservação, evitando danos, avarias ou comprometimento de suas características de proteção;
- 5.2.6. Substituir, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, os materiais rejeitados por estarem em desacordo com este Termo de Referência ou com a proposta apresentada;
- 5.2.7. Emitir notas fiscais contendo as informações exigidas pela Administração, incluindo a correta identificação dos itens fornecidos, conforme Autorização de Fornecimento;
- 5.2.8. Comunicar formalmente à fiscalização do contrato qualquer intercorrência que possa comprometer o fornecimento, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 5.2.9. Manter, durante toda a vigência contratual, todas as condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, técnica e econômico-financeira exigidas na licitação;
- 5.2.10. Cumprir integralmente as normas de segurança do trabalho, ambientais, trabalhistas e de responsabilidade socioambiental, sendo vedada a utilização de trabalho infantil, forçado ou em condições degradantes;
- 5.2.11. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, salvo se houver autorização prévia e expressa da Administração, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, nos termos do art. 115 da referida Lei.
- 6.2. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) formalmente designado(s) pela Administração, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021, competindo ao fiscal registrar, em documento próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto e determinar as providências necessárias à correção de falhas, defeitos ou irregularidades constatadas.
- 6.3. O fiscal do contrato deverá comunicar, em tempo hábil, à autoridade competente, toda situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, nos termos do art. 117, §2º, da Lei nº 14.133/2021.
- 6.4. A Contratada será obrigada a reparar, corrigir, substituir ou complementar, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos, avarias ou inconformidades decorrentes da execução contratual ou dos materiais empregados, conforme art. 119 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.5. A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não sendo excluída ou reduzida essa responsabilidade em decorrência da fiscalização exercida pela Contratante, nos termos do art. 120 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.6. Compete exclusivamente à Contratada a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução contratual, não cabendo à Administração qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária, conforme art. 121 da Lei nº 14.133/2021.



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026**

6.7. Para a formalização e manutenção da contratação, a Contratada deverá apresentar e manter válidas, durante toda a vigência contratual, as certidões de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, incluindo:

- Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- Regularidade junto ao fisco estadual e municipal, quando aplicável.

6.8. A fiscalização do contrato será exercida pela Gestora de Contratos Ana Cristina Costa de Cirqueira, ficando também designada a servidora Iramar Pires de Souza Pereira para acompanhar a execução contratual no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, conforme Portaria nº 008/2025, parte integrante deste Termo de Referência.

6.9. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, caso esteja em desacordo com as especificações técnicas, padrões de qualidade ou demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta vencedora, devendo a Contratada proceder à substituição ou correção no prazo máximo de 05 (cinco) dias, sem ônus adicional para a Administração.

6.10. A Contratada deverá assegurar que o transporte e a entrega dos EPs ocorram de forma adequada, com os materiais devidamente embalados, identificados e protegidos contra danos, responsabilizando-se pela substituição imediata, sem ônus para a Administração, em caso de avarias ou desconformidades.

6.11. Do Recebimento do Objeto

6.11.1. O objeto será recebido nos termos do art. 140, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, observadas as seguintes o Recebimento provisório, após a entrega do objeto, para fins de conferência quantitativa e verificação da conformidade com as especificações contratuais;

6.11.2. O recebimento definitivo ficará condicionado à comprovação da conformidade do objeto com as exigências técnicas, legais e de qualidade estabelecidas pela Administração.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Para fins de habilitação no certame, o fornecedor deverá comprovar o atendimento aos requisitos de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

7.1.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

7.1.2. Registro Comercial, no caso de empresa individual; ou Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores; ou Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

ou Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, quando a atividade assim o exigir;

7.1.3. Documento oficial de identificação do(s) representante(s) legal(is) da empresa, quando aplicável.



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026

7.1 Habilitação Fiscal e Trabalhista

- a) Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda: Federal (Secretaria da Receita Federal e Procuradoria da Fazenda Nacional e Instituto Nacional de Seguridade Social);
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- c) Prova de regularidade relativo ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS/CRF;
- d) Prova de regularidade trabalhista (CNDT);
- e) Regularidade para com a Fazenda Federal - Certidão Conjunta Negativa De Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

7.2.1. As ME/EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da LC nº 123/06).

7.2.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (art. 43, § 1º, da LC nº 147/14);

7.2 Habilitação Jurídica

7.2.1.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.2.1.2. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro no qual tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;

7.2.1.3. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

7.2.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

7.2.1.5. No caso de exercício de atividade não listadas nos itens acima: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos da legislação pertinente;

7.2.1.6. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

7.2.1.7. Documento de identificação dos sócios.

Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.3 Qualificação Técnica:

7.3.1 Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a licitante forneceu ou fornece gêneros alimentícios compatíveis com o objeto deste Termo de Referência;

7.3.2 O(s) atestado(s) deverá(ão) conter identificação do emitente, descrição do objeto fornecido e informações de contato para eventual diligência;

7.3.3 Serão aceitos atestados compatíveis e pertinentes ao objeto, conforme dispõe o art. 88, §3º, da Lei nº 14.133/2021;



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026

7.2.5 Disposições Finais

A ausência de qualquer documento listado nesta seção implicará inabilitação da licitante, salvo hipóteses previstas em lei.

7.2.5. Qualificação Econômico-Financeira

Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, vigente, expedida pelo distribuidor judicial competente da sede da licitante, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data de apresentação da proposta.

7.3.4 Outros documentos:

Declarações:

- Modelo de declaração unificada – anexo II.
- Qualificação econômica financeira
- Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação;
- Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social;
- Declaração de cumprimento ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal/1988;
- Declaração de vínculo com a administração;
- Declaração de Proposta Econômica;
- Declaração de idoneidade;

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO DE PAGAMENTO

8.1. *O pagamento será realizado da seguinte forma: parcelada, conforme definida da data da entrega da ordem de compras.*

8.2. *No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.*

8.3. *O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.*

8.4. *O recebimento provisório ou definitivo não excluirá responsabilidade civil pela qualidade, segurança alimentar e conformidade sanitária dos gêneros alimentícios fornecidos*

8.5. *Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:*

- 8.5.1. o prazo de validade;
- 8.5.2. a data da emissão;
- 8.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.5.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.5.5. o valor a pagar; e



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026

8.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.6. *Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;*

8.7. *A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.*

8.8. *Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.*

8.9. *Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.*

8.10. *Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.*

8.11. *Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação de irregularidade constatada.*

8.12. *O pagamento será efetuado em prazo estipulado conforme a Lei 14.133/21 da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.*

8.13. *No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.*

8.14. *O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.*

8.15. *Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.*

8.16. *Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.*

8.16.1. *Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.*

8.17. *O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.*



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026

9 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento municipal;

9.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/unidade: 05.01 / 05.02

Fonte de recursos: 1.500 / 1.550 / 1.540 / 1.541 / 1.552

Programa de trabalho: 2012 / 2014 / 2015

Elemento de despesa: 3.3.90.30.00 / 3.3.90.39.00

10. DAS MULTAS

10.1. Resguardados os direitos da Administração de aplicar as sanções previstas em lei, o inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas pela Contratada sujeitará esta às penalidades abaixo, sem prejuízo das demais sanções previstas nos arts. 156 a 163 da Lei nº 14.133/2021:

10.1. Multas

10.1.1. Pelo atraso injustificado na entrega dos gêneros alimentícios: multa moratória diária correspondente a 1% (um por cento) sobre o valor dos produtos em atraso, limitada ao prazo máximo de 30 (trinta) dias.

10.1.2. Pelo atraso injustificado na substituição de produtos recusados pela fiscalização, em razão de desconformidade com as especificações, validade, qualidade ou condições higiênico-sanitárias: multa moratória diária de 2% (dois por cento) sobre o valor dos itens não substituídos, limitada a 15 (quinze) dias.

10.1.3. Pelo descumprimento das obrigações relativas à qualidade, validade, acondicionamento, transporte e condições sanitárias dos gêneros alimentícios:

multa diária de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor dos produtos irregulares, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor correspondente.

10.1.4. Pela inexecução parcial do contrato: multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da parte inadimplida, cumulável com as multas moratórias, quando houver entrega incompleta ou fornecimento em desacordo com este Termo de Referência, sem justificativa aceita pela Administração.

10.1.5. Pela inexecução total do contrato:

multa compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do pedido ou da contratação, caracterizada pela não entrega dos gêneros alimentícios no prazo máximo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração.

10.2. A aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência será precedida de processo administrativo, assegurados à Contratada o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

11. RESCISÃO DO CONTRATO

11.1. O contrato será extinto quando cumpridas integralmente as obrigações assumidas por ambas as partes, incluindo o fornecimento total dos EPIs solicitados, devidamente entregues e recebidos conforme as especificações e condições estabelecidas, ainda que isso ocorra antes do término da vigência contratual.



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026**

11.2. Caso as obrigações não sejam integralmente cumpridas nos prazos estabelecidos em cada ordem de fornecimento, a vigência contratual poderá ser prorrogada exclusivamente para a conclusão das entregas pendentes, mediante justificativa formal, devendo a Administração promover a adequação do cronograma, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

11.3. Quando a não execução ou atraso decorrer de culpa da CONTRATADA:

11.3.1. esta será constituída em mora, sujeitando-se às sanções administrativas previstas no contrato, no Termo de Referência e na Lei nº 14.133/2021; e

11.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato, adotando as medidas legais necessárias para garantir a continuidade do fornecimento e a proteção dos servidores.

11.4. O contrato poderá ser extinto antes do cumprimento integral de seu objeto ou do término de sua vigência, nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, ou por acordo entre as partes, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.5. Na hipótese de extinção contratual, aplicam-se, no que couber, as disposições dos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

11.6. Alterações na estrutura societária, finalidade ou organização da empresa contratada não implicarão, por si só, a extinção do contrato, desde que não comprometam a capacidade técnica e operacional necessária ao fornecimento dos EPIs.

11.7. Caso a alteração societária implique modificação da pessoa jurídica originalmente contratada, deverá ser formalizado o competente termo aditivo, observada a legislação vigente.

11.8. O termo de extinção contratual, quando cabível, será precedido de:

- a) demonstração dos fornecimentos realizados ou parcialmente executados;
- b) relação dos pagamentos efetuados e eventuais valores pendentes;
- c) apuração de multas, penalidades e indenizações, se houver.

11.9. A extinção do contrato não prejudica eventual apuração de desequilíbrio econômico-financeiro devidamente comprovado, assegurado o direito à recomposição ou indenização, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

11.10. A contratação vincula-se ao ato que a autorizou, ao edital, à proposta vencedora e às demais condições estabelecidas no instrumento convocatório, regendo-se integralmente pela Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis às licitações e contratos administrativos.

12. PENALIDADES

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei, o Contratado/Adjudicatário que não assinar o termo de contrato (se houver), quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

12.1.1. Apresentar documentação falsa;

12.1.2. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

12.1.3. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

12.1.4. Não mantiver a proposta;

12.1.5. Cometer fraude fiscal;

12.1.6. Comportar-se de modo inidôneo, dentro outras condutas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021;

12.2. À empresa, total ou parcialmente inadimplente, serão aplicadas as sanções previstas nos Arts. 156 e 162 Lei Federal n.º 14.133/2021, a saber:

12.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

12.2.2. Multa que não excederá, em seu total, 20% (vinte por cento) do valor do contrato, nas hipóteses de inexecução, com ou sem prejuízo para o fornecimento;

12.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento para contratar com o Município de Vera Cruz, por prazo não superior a cinco anos;



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026

12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os seus motivos determinantes ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade;

12.3. A penalidade de multa, desta cláusula, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com qualquer das demais, podendo ser descontada de eventuais créditos que tenha em face da empresa;

12.4. É cabível, ainda, a aplicação das demais sanções estabelecidas nos Arts. 90 §5º, 156, 162 e 337 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Vera Cruz – 25 de maio de 2026.

VINICIUS PRAZERES VASCONCELOS
Engenheiro Eletricista
CREA 3000158007BA



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026**

ANEXO III

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº XXX/202x

A Prefeitura Municipal de Vera Cruz/BA, com sede na Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande – Vera Cruz, Estado da Bahia, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 13.891.130/0001-03, neste ato representado pelo prefeito o Sr. Igor Pinho Santos, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ____/2026, processo administrativo n.º 0191/2026 RESOLVEM registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto *Registro de Preços para futura e eventual aquisição de EPI'S (Equipamento De Proteção Individual), para atender as necessidades da secretaria municipal de educação do município de Vera Cruz/Ba., especificado(s) no(s) item(ns) no Termo de Referência, e do edital de Licitação nº 035/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.*

1.2. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. Os preços, a empresa, as quantidades e as especificações dos produtos registrados na presente Ata, encontra-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA REGISTRADA:						
CNPJ:						
ENDEREÇO:						
CONTATO TEL: ()				E-MAIL:		
REPRESENTANTE:						
Item	Especificação	Marca	Und	Qtd.	Valor Unit.	Valor total
01					R\$	R\$
02...					R\$	R\$



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026**

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. Não Será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta.
- 3.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação no diário oficial do município, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026**

- 4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 4.5. O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.
- 4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 4.10. A ata de registro de preços será assinada e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026**

4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

5.2 Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IGPM, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026**

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026**

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

7.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1. Por razão de interesse público;

7.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026**

7.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

8.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

8.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

9.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

9.3. Os equipamentos deverão ser entregues no endereço conforme ordem de serviço emitida pela Secretaria solicitante.

9.4. Correrão por conta da empresa contratada todas as despesas com motorista/operador (salários, alimentação, hospedagem, transportes, seguros, obrigações previdenciárias e trabalhistas, entre outras), manutenção mecânica do veículo e demais despesas necessárias para prestação dos serviços;



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026**

- 9.5. Garantir a execução do atendimento demandado, sem interrupções ou paralisações não justificadas e autorizadas;
- 9.6. A empresa contratada sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Secretaria requisitante, encarregada de acompanhar a entrega dos equipamentos prestando esclarecimentos solicitados atendendo as reclamações formuladas, inclusive todas as entregas anexar a Nota Fiscal, qual deverá ser acompanhado por um encarregado da Pasta;
- 9.7. Manter durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua habilitação na licitação e contratação;
- 9.8. A contratada responderá integralmente por perdas e danos que vier a causar a prefeitura ou a terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos.
- 9.9. Obedecer aos dias, horários e locais pré-determinados pela Secretaria demandante para execução dos serviços.
- 9.10. Atender com prontidão as reclamações por parte do recebedor do serviço, objeto da presente licitação.
- 9.11. Cumprir com os prazos de fornecimento determinados neste Termo de Referência;
- 9.12. Responsabilizar-se, integralmente, pela execução da prestação de serviço, conforme legislação vigente;
- 9.13. Submeter-se à fiscalização da Prefeitura, através do setor competente, que acompanhará o serviço prestado para verificação da qualidade e origem, orientando, fiscalizando e intervindo ao seu exclusivo interesse, com a finalidade de garantir o exato cumprimento das condições pactuadas;
- 9.14. Comunicar imediatamente e por escrito a Secretaria, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- 9.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual e municipal, as normas da Prefeitura;
- 9.16. As penalidades ou multas impostas pelos órgãos competentes pelo descumprimento das disposições legais que regem a execução do objeto do presente Termo de Referência serão de inteira responsabilidade da Contratada, devendo, se for o caso, obter licenças, providenciar pagamento de impostos, taxas e serviços auxiliares;
- 9.17. Arcar com todos os ônus de transportes e fretes necessários;
- 9.18. Demais obrigações e responsabilidades previstas pela Lei Federal Nº 14.133/21 e demais legislações pertinentes.



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Vera Cruz, xxx de xxxxxx de 202x.

Igor Pinho Santos
Prefeito

XXXXXXXXXXXXXXXXX
EMPRESA DETENTORA DA ATA

Testemunha:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026

CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)						
Item	Especificação	Marca	Und	Qtd.	Valor Unit.	Valor total
01					R\$	R\$
02...					R\$	R\$

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)						
Item	Especificação	Marca	Und	Qtd.	Valor Unit.	Valor total
01					R\$	R\$
02...					R\$	R\$



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026

ANEXO IV

MINUTA CONTRATO nº XXXX
Processo Administrativo nº 0191/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
XXXX/202x, QUE FAZEM ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICIPIO DE VERA
CRUZ/BA E A EMPRESA XXXXXXXX.

A Prefeitura Municipal de Vera Cruz/Ba, inscrita no CNPJ/MF sob o nº13.891.130/0001-03, com sede na Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande – Vera Cruz, Estado da Bahia, representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Igor Pinho Santos, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) xxxxxxxx, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº xxxx, sediado(a) na xxxxxx, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por xxxxxxxx (nome e função do contratado), conforme atos constitutivos da empresa e/ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo Adm. nº xxxxxxxxx e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) PREGÃO ELETRÔNICO nº 035/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de EPI'S (Equipamento De Proteção Individual), para atender as necessidades da secretaria municipal de educação do município de Vera Cruz/Ba..

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND. MED.	QTD.	VALOR UNT	VALOR TOTAL
01					
02					
03					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026**

- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da sua publicação, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.
- 2.3 O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.
- 3.2. Estão designados o Fiscal e o Gestor do contrato conforme tabela abaixo:

Gestão da Execução	Ana Cristina Costa de Cirqueira → Portaria 058/2026
Fiscalização Técnica/ administrativa	José Brito Araújo → Portaria 058/2026

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026**

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$ XXXX (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, a contar da data da entrega de cada nota fiscal ou nota fiscal fatura.

6.2. Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da contratada, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

6.3. Os pagamentos serão efetuados em conformidade com a entrega dos materiais/execução dos serviços, mediante apresentação da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is) ou nota(s) fiscal(is)/fatura, bem como de cópia reprográfica da nota de empenho.

6.4. Na hipótese de existir nota de retificação e/ou nota suplementar de empenho, cópia(s) da(s) mesma(s) deverá(ão) acompanhar os demais documentos.

6.5. A Contratada deverá apresentar, a cada pedido de pagamento, os documentos a seguir discriminados, para verificação de sua regularidade fiscal perante os órgãos competentes:

- a) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – F.G.T.S;
- b) Certidão Negativa de Débitos para a Fazenda: Federal (Secretaria da Receita Federal e Procuradoria da Fazenda Nacional e Instituto Nacional de Seguridade Social);
- c) Certidão negativa da Fazenda municipal;
- d) Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);
- e) Certidão negativa da Fazendas estadual;
- f) Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura devidamente atestada;
- g) Folha de Medição dos itens/serviços.



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026**

6.6. Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

6.7. Por ocasião de cada pagamento, serão feitas as retenções eventualmente devidas em função da legislação tributária.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IGPM, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. Emitir as Ordens de serviços.

8.2. Efetuar os pagamentos nos termos estabelecidos neste Instrumento.



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026**

- 8.3. Notificar a Contratada, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na prestação dos serviços.
- 8.4. Receber e conferir o objeto, verificando sua compatibilidade com as características detalhadas no Termo de Referência – Anexo I e seus Apêndices e Anexos e na Autorização de Fornecimento respectiva.
- 8.5. Deliberar sobre os casos omissos e não previstos, observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133 e/ou mediante acordo entre as partes.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. Os deverão ser entregues no endereço conforme ordem de serviço emitida pela Secretaria solicitante.
- 9.2. Correrão por conta da empresa contratada todas as despesas com motorista/operador (salários, alimentação, hospedagem, transportes, seguros, obrigações previdenciárias e trabalhistas, entre outras), manutenção mecânica do veículo e demais despesas necessárias para prestação dos serviços;
- 9.3. Garantir a execução do atendimento demandado, sem interrupções ou paralisações não justificadas e autorizadas;
- 9.4. A empresa contratada sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Secretaria requisitante, encarregada de acompanhar a entrega dos prestando esclarecimentos solicitados atendendo as reclamações formuladas, inclusive todas as entregas anexar a Nota Fiscal, qual deverá ser acompanhado por um encarregado da Pasta;
- 9.5. Manter durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua habilitação na licitação e contratação;
- 9.6. A contratada responderá integralmente por perdas e danos que vier a causar a prefeitura ou a terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos.
- 9.7. Obedecer aos dias, horários e locais pré-determinados pela CONTRATANTE para execução dos serviços.
- 9.8. Atender com prontidão as reclamações por parte do recebedor do serviço, objeto da presente licitação.
- 9.9. Cumprir com os prazos de fornecimento determinados neste Termo de Referência;



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026**

- 9.10. Responsabilizar-se, integralmente, pela execução da prestação de serviço, conforme legislação vigente;
- 9.11. Submeter-se à fiscalização da Prefeitura, através do setor competente, que acompanhará o serviço prestado para verificação da qualidade e origem, orientando, fiscalizando e intervindo ao seu exclusivo interesse, com a finalidade de garantir o exato cumprimento das condições pactuadas;
- 9.12. Comunicar imediatamente e por escrito a Secretaria solicitante, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- 9.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual e municipal, as normas da Prefeitura;
- 9.14. As penalidades ou multas impostas pelos órgãos competentes pelo descumprimento das disposições legais que regem a execução do objeto do presente Termo de Referência serão de inteira responsabilidade da Contratada, devendo, se for o caso, obter licenças, providenciar pagamento de impostos, taxas e serviços auxiliares;
- 9.15. Arcar com todos os ônus de transportes e fretes necessários;
- 9.16. Demais obrigações e responsabilidades previstas pela Lei Federal Nº 14.133/21 e demais legislações pertinentes.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

- 10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026**

- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

- 1. Moratória de 20% (vinte por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
- i. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 2% a 5% do valor do Contrato.
- 3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 5% a 10% do valor do Contrato.
- 4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 10% a 15% do valor do Contrato.
- 5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 15% a 18% do valor do Contrato.
- 6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 18% a 25% do valor do Contrato.



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026**

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026**

com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.9. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026**

12.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.9.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.9.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.9.3. Indenizações e multas.

12.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: 05.01/05.02 -Secretaria Educação/ Fundo de Educação

Fonte de Recursos: 1500/1550/1540/1541/1542

Programa de Trabalho: 2012/2014/2015

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica designado o foro da Comarca de Itaparica, Estado da Bahia - Brasil, para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Vera Cruz, xx de xxxxx de 202x.

CONTRATANTE

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1- _____ CPF: _____

2- _____ CPF: _____



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026**

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

[IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE], como representante devidamente constituído de [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE], doravante denominado Licitante, para fins do disposto no Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 035/2026, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta anexa foi elaborada de maneira independente [pelo Licitante], e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do PREGÃO ELETRÔNICO nº 035/2026, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada, discutida com ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do PREGÃO ELETRÔNICO nº 035/2026, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do PREGÃO ELETRÔNICO nº 035/2026 quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do PREGÃO ELETRÔNICO nº 035/2026 antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido com ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura Municipal de Vera Cruz antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, em ____ de _____ de _____

([REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE/CONSÓRCIO NO ÂMBITO DA
LICITAÇÃO, COM IDENTIFICAÇÃO COMPLETA])

OBS: Esta declaração deverá ser entregue juntamente com os documentos da Proposta de Preços, em cumprimento à Portaria SDE nº 51, de 03 de julho de 2009, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Ministério da Justiça.



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026

ANEXO VI

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - COPEL

DADOS DA LICITAÇÃO		
PREGÃO Nº	PROCESSO Nº	OBJETO

DADOS DA EMPRESA		
RAZÃO SOCIAL		
CNPJ		INSCRIÇÃO ESTADUAL
ENDEREÇO		
TELEFONE	FAX	EMAIL
BANCO (NOME/Nº)	AGÊNCIA Nº	CONTA CORRENTE Nº

DADOS DO RESPONSÁVEL PARA ASSINATURA DO CONTRATO		
NOME		
RG	ÓRGÃO EXPEDIDOR	CPF

VALIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS				PRAZO DE EXECUÇÃO		
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	QUANT.	UND	MARCA / MODELO	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
TOTAL DO ITEM						
TOTAL GERAL DO ITEM (por extenso) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX						

OBSERVAÇÕES:

1 - Proposta de Preços em papel timbrado do licitante.

2 - A alteração dos dados bancários deverá ocorrer antes da emissão do empenho.



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Vera Cruz

CNPJ: 13.891.130/0001-03

Rua São Bento, 123 – Centro – Mar Grande

CEP: 44.470-000 - Vera Cruz / Bahia – www.veracruz.ba.gov.br

**EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0191/2026**

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º xxxx/202x.

Processo Adm n.º xxx/202x.

A empresa **xxxxxxx.**, através de seu representante legal infra-assinado, sob as penas da lei, declara:

() Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de microempreendedor individual, microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

**Marcar este item caso se enquadre na situação de microempreendedor individual microempresa e empresa de pequeno porte.*

1. A inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública de que trata o art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;
2. Assumo inteira responsabilidade pelas informações prestadas e autenticidade das cópias dos documentos entregues para o Pregão Eletrônico nº **XXX/202x**.
3. o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;
4. o cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
5. o cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, será comprovado mediante documento firmado pelo interessado ou seu representante legal, em que declare, sob as penas da lei, que não emprega mão de obra que constitua violação ao disposto naquele preceito constitucional.
6. Declaro estar de inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a falsidade nas informações acima implicará nas penalidades cabíveis
7. Declara para os devidos fins licitatórios que cumpre as exigências de reserva de cargos para Pessoa com Deficiência – PcD, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, em atenção ao art. 92, inciso XVII da Lei nº 14.133/2021.

(Local) _____, ____ de _____ de 202x.

Assinatura do responsável legal da empresa
CNPJ: